

Os impostos e contribuições para a Segurança Social ficaram com 41,5% dos ordenados dos portugueses em 2016, em média, tendo em conta trabalhadores com salário médio e sem filhos. É um valor ligeiramente menor do que o do ano anterior (42,1%).

De acordo com os dados desta terça feira divulgados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), do total de impostos que incidem sobre os salários dos trabalhadores portugueses 13,4% diz respeito a IRS, 8,9% refere-se às contribuições para a Segurança Social a seu cargo e 19,2% às contribuições pagas pela entidade empregadora.

Portugal é, a par da República Checa, o 12.º país entre os membros que paga mais impostos, acima da Grécia (40,2%) e de Espanha (39,5%), numa lista liderada pela Bélgica (54%) e pela Alemanha (49,4%).

Portugal fica ainda acima da média da OCDE, que em 2016 foi de 36%, de acordo com o relatório Taxing Wages, menos 0,07 pontos percentuais face a 2015 e a terceira queda anual consecutiva.

Segundo a OCDE, a situação melhora no caso dos trabalhadores casados e com filhos, em que os impostos e contribuições para a Segurança Social levaram no ano passado 28,2% do seu rendimento bruto, com Portugal a cair para 17.º lugar nesta categoria, mas a permanecer acima da média dos países-membros (26,6%).

A carga fiscal mais reduzida incide sobre os salários dos trabalhadores, com salário médio e sem filhos, do Chile, com 7% (os trabalhadores apenas pagam com os seus salários as contribuições sociais), seguido da Nova Zelândia (17,9%), México (20,1%) e Suíça (21,8%).